

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 29/10/2015

- [China decide abolir política de um filho por casal](#)
- [Jovens músicos de comunidades do Rio se apresentam com orquestra internacional](#)
- [CPI do Aborto da Alerj aprova relatório final dos trabalhos](#)
- [Ministro anuncia programa de alfabetização para o Nordeste](#)
- [Projeto consegue reduzir cesarianas em 42 hospitais do país](#)
- [Exposição retrata avanços para erradicar o trabalho infantil no Brasil](#)
- [Video educativo ensina crianças a se defenderem de abuso sexual](#)
- [Suspeita de abuso sexual é presa em Limoeiro, no Agreste](#)
- [Relatos de abuso sexual se multiplicam nas redes sociais](#)
- [Pai de criança resgatada em Olinda com lesões na cabeça também pode ser responsabilizado](#)
- [CNPCT aborda denúncias de tortura na Fundação Casa](#)
- [MPPE recomenda melhoria nas condições de segurança em casas de acolhimento para crianças e adolescentes do Recife](#)
- [MPPE requer na Justiça nova eleição para conselheiros tutelares no Recife](#)

Assunto: China decide abolir política de um filho por casal

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 29/10/2015



A direção do Partido Comunista Chinês (PCC) decidiu abolir totalmente a política de "um casal, um filho", permitindo a todos os casais ter um segundo filho

A direção do Partido Comunista Chinês (PCC) decidiu abolir totalmente a política de "um casal, um filho", permitindo a todos os casais ter um segundo filho, informou hoje (29) a agência oficial de notícias chinesa Xinhua.

A decisão foi anunciada após uma reunião de quatro dias a portas fechadas do Comitê Central do PCC, a cúpula do poder na China, e que serviu para delinear as prioridades do 13º plano quinquenal (2016-2020).

Em 2013, a direção do Partido Comunista Chinês decidiu aliviar a política de "um casal, um filho", permitindo aos casais formados por cônjuges que são filhos únicos ter um segundo filho.

A China tem atualmente 1,370 bilhão de habitantes.

Assunto: Jovens músicos de comunidades do Rio se apresentam com orquestra internacional

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 29/10/2015



Um grupo de 42 jovens músicos de comunidades da zona oeste do Rio teve na tarde dessa quarta-feira (28) a oportunidade de interagir com experientes profissionais de uma orquestra alemã, que está no Brasil para concertos no Rio de Janeiro e em São Paulo. Os jovens, com idades entre 12 anos e 20 anos, integram a Orquestra e Coro Nova Sinfonia, criada há oito anos pela ONG Agência do Bem, e amanhã (29), às 19h, fazem no Teatro Bradesco, na Barra da Tijuca, sua primeira apresentação com um grupo internacional, justamente com os 80 músicos da Orquestra Filarmônica Merck, com os quais participaram de um *workshop* e ensaiaram nessa quarta.

A Nova Sinfonia é o resultado de um trabalho que começou a ser desenvolvido há dez anos pela Agência do Bem, surgida com a missão de fortalecer o desenvolvimento social e humano em áreas de baixa renda, por meio da educação. O foco da atuação da organização não governamental são as comunidades da zona oeste carioca, como a Cidade de Deus.

“Começamos com uma pesquisa junto aos moradores da comunidade Beira-Rio, em Vargem Grande, onde implantamos cursos de artesanato, atividades educacionais e esportivas. Foi lá que surgiu a ideia de um projeto voltado para a música”, disse a coordenadora executiva da Agência do Bem, Patricia Azevedo. “Nós criamos a Escola de Música e Cidadania e desenvolvemos uma metodologia hoje reconhecida por outras organizações, que se tornaram nossas parceiras”, acrescentou.

Hoje já são nove escolas, em várias comunidades, implantadas pela Agência do Bem em parceria com outras ONGs, com um total de 600 alunos. “Os melhores são escolhidos para integrar a Orquestra e Coro Nova Sinfonia. São 42 integrantes, entre instrumentistas e participantes do coral. Não temos todos os instrumentos de uma orquestra sinfônica, mas contamos com naipes de cordas e sopros”, afirmou Patricia Azevedo.

A Nova Sinfonia mudou a vida de jovens como Miguel Almeida, de 20 anos. O violoncelista cresceu na comunidade Beira-Rio e a música clássica lhe deu a oportunidade de viajar ao exterior (a orquestra se apresentou na França e nos Estados Unidos). Desde 2008 no projeto, ele hoje é considerado um dos melhores instrumentistas do grupo.

“A minha vida é o projeto”, disse Miguel, que graças a uma bolsa integral conseguida através da ONG, estuda Relações Internacionais em uma faculdade particular do Rio. “Quero me formar para promover mais intercâmbios como os que eu participei”.

Há quatro anos na orquestra, a flautista Larissa Pinheiro, de 18 anos, hoje também atua como monitora, transmitindo sua experiência aos iniciantes. O irmão dela, Igor Pinheiro, de 16

anos, é um dos violinistas da Nova Sinfonia, e disse que a música mudou seu comportamento. “Antes eu era desleixado e só queria saber de jogar futebol na rua. Agora eu quero viver de música e aprendi que para isso é preciso ter dedicação”.

No concerto da Filarmônica Merck, que vai se apresentar sob a regência do maestro Martin Lucas Meister, a orquestra de jovens terá uma participação especial. No repertório, *Tango*, composição do maestro Wolfgang Heinzl, e *Cidade Maravilhosa*, o hino do Rio de Janeiro, com arranjo de Vitor Damini, regente da Nova Sinfonia.

O Teatro Bradesco fica na Avenida das Américas, 3900, no Shopping Village Mall, na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio.

Assunto: CPI do Aborto da Alerj aprova relatório final dos trabalhos
Fonte: Agência Brasil EBC
Data: 29/10/2015



A CPI do Aborto da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou hoje (28), por seis votos a um, o relatório final do deputado Jânio Mendes (PDT) sobre o assunto. Entre as propostas contidas no texto está o encaminhamento de um projeto de lei que exige a notificação à polícia de qualquer atendimento em hospitais relacionado a aborto, inclusive os espontâneos e os previstos em lei. A CPI foi criada em fevereiro para investigar a prática do aborto no estado, o comércio de produtos e as clínicas que fazem o procedimento. Os trabalhos começaram em 17 de março.

Em seu parecer, Jânio Mendes cita a falta de punição pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj) para os dez médicos presos durante a Operação Herodes, da Corregedoria da Polícia Civil, que investigou no ano passado clínicas clandestinas de aborto. Segundo ele, foi constatado que a punição por parte do Cremerj não é motivo para coibir a prática de crime contra a vida. Lembra, ainda, que o Conselho, quando chega a analisar os processos, na maioria dos casos suspende a punição. Durante os trabalhos da CPI, o Cremerj alegou que os processos éticos estavam em andamento. No relatório, o parlamentar recomenda, também, mais fiscalização e critica os órgãos de fiscalização (Anvisa) e de investigação (Ministério Público) pela falta de atuação no combate ao aborto, pois os representantes alegaram nunca terem recebido nenhuma denúncia nesse sentido.

Único deputado a votar contra o relatório de Jânio Mendes, Paulo Ramos (Psol) apresentou voto em separado em que aponta a baixa participação de mulheres no processo, com apenas uma deputada integrante e duas depoentes, entre 16 pessoas ouvidas. “Ao contrário do que seria de se esperar, a CPI não analisou dados sobre a quantidade de internações de mulheres na rede pública de saúde em decorrência de abortos espontâneos ou induzidos, ou de óbitos de mulheres causados pela falta de acesso a métodos abortivos mais seguros, gratuitos e legais”, disse.

Paulo Ramos afirma que o projeto de lei sugerido criminaliza ainda mais as mulheres que praticam aborto, o que pode levar ao aumento das mortes relacionadas à interrupção da gravidez, mesmo as previstas em lei. Esse relatório, no entendimento do deputado, é uma desproteção à mulher, ao invés de ser uma proteção. “Isso vai ser um terrorismo contra as mulheres. É um equívoco, um erro, mais um crime contra as mulheres. Quer dizer que o hospital recebe uma mulher que fez um aborto e tem que comunicar à polícia? Tem o aborto legal, tem o aborto espontâneo. A mulher chega no hospital já tendo abortado, vai comunicar imediatamente que fez um aborto, vai ser criminalizada, vai ser investigada. Então a mulher não vai procurar, vai sofrer as consequências, vai procurar um atendimento não eficiente”.

Já a deputada Márcia Jeovani (PR), única mulher a integrar a CPI, lembrou que o objetivo da comissão não foi discutir o aborto em si, mas apenas as clínicas clandestinas que praticam o

aborto ilegal . Para ela, "a CPI não tratou de ser a favor ou contra o aborto, mas sim de evitar que muitas mulheres morram nas mãos de quem nem é médico fazendo o aborto".

De acordo com a deputada, o projeto de lei proposto (que exige notificação à polícia de aborto em hospitais) é importante porque faltam estatísticas sobre o número de abortos feitos no estado. “O relator colocou aqui a notificação obrigatória, porque precisamos ter uma estatística. Se você quiser saber quantas mulheres morreram porque fizeram um aborto mal feito, não existe essa estatística”.

A sessão de votação do relatório final foi tumultuada, com várias mulheres favoráveis à legalização do aborto e algumas contrárias à prática mostrando cartazes aos parlamentares. Depois de aprovado o texto, o presidente da CPI, deputado Iranildo Campos (PSD), encerrou a sessão em meio a poucos aplausos e muitas vaias.

Assunto: Ministro anuncia programa de alfabetização para o Nordeste
--

Fonte: Portal Andi

Data: 29/10/2015



O Ministério da Educação e as secretarias de estado de educação do Nordeste criarão um programa específico de alfabetização para alunos da região. O anúncio foi feito pelo ministro da Educação, Aloizio Mercadante, durante encontro dos gestores estaduais de educação do Nordeste, realizado em Salvador nesta terça-feira, 27, para discutir as ações específicas do MEC para a região. “Estamos fazendo um projeto específico para o Nordeste, que está sendo construído pelos secretários da região. Os secretários vão coordenar e gerir o programa e o MEC dará todo o apoio necessário”, explicou. Segundo ele, o programa deve integrar o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic). O ministro lembrou ainda dos resultados da Avaliação Nacional de Alfabetização e anunciou a intenção de, em parceria com as secretarias estaduais, construir um material didático específico para a região. “A nossa avaliação é que temos excelentes experiências no Nordeste e, juntando todo este esforço, esperamos dar um grande salto”, afirmou. A reunião discutiu ainda os programas educacionais federais, como o Pnaic, o Mais Educação e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), com foco nas especificidades regionais. Foram abordados temas como diversidade cultural, densidade demográfica e as necessidades singulares de cada estado, para avançar na educação pública.

Assunto: Projeto consegue reduzir cesarianas em 42 hospitais do país

Fonte: Portal Andi

Data: 29/10/2015



Em apenas seis meses, o projeto piloto Parto Adequado, desenvolvido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, o Hospital Israelita Albert Einstein e o Institute for Healthcare Improvement conseguiu aumentar em 7,4 pontos percentuais a taxa de partos normais dos 42 hospitais que participam da experiência. O resultado parcial foi apresentado nesta terça-feira (27), em São Paulo. A iniciativa, que tem o apoio do Ministério da Saúde, vem sendo aplicada desde março em 38 hospitais particulares e quatro com atendimento pelo Sistema Único de Saúde, e já demonstrou queda no número de cesarianas, que é o objetivo principal do programa. A taxa de partos normais nestes hospitais, que respondem por 85 mil partos a cada ano no país – o que corresponde a cerca de 6% dos partos realizados em todo o Brasil – passou de 19,8% em 2014 para 27,2% em setembro deste ano, com a taxa de cesáreas estimada em 72,8% no mês passado. Segundo Martha Oliveira, diretora de desenvolvimento setorial da ANS, o Brasil tem a maior taxa de cesarianas do mundo. “A Organização Mundial de Saúde (OMS) preconiza 15%. Mas não é esse o nosso objetivo. Nosso objetivo é reduzir a taxa de cesarianas”, disse. “Ao longo do tempo, tivemos uma organização do trabalho do médico onde era mais fácil agendar todas as pacientes para o mesmo horário para se fazer a cirurgia. E os hospitais foram se adaptando a essa realidade. Todo o sistema de saúde foi se moldando para favorecer o procedimento cesariano”, afirmou. Rita Sanchez, coordenadora da maternidade do Hospital Israelita Albert Einstein, também concorda que o parto normal precisa ser estimulado para evitar as complicações da cesariana, para a gestante e, principalmente, para o bebê. “O primeiro benefício é chegar ao termo da gestação e entrar no trabalho de parto, porque o estresse do trabalho de parto também amadurece o bebê. E ao passar pela vagina da mãe, os líquidos pulmonares são espremidos e o bebê nasce respirando muito melhor. Ele também tem que ter contato com as bactérias da mãe para ter uma flora intestinal adequada, quando for adulto. Sabemos que quem nasce de parto normal tem uma saúde muito melhor quando adulto. E a mãe tem muito menos morbidade do que fazendo cesárea.” Um outro problema associado à cesárea, segundo o médico Miguel Cendoroglo Neto, diretor superintendente do Albert Einstein, é que ela estimula os nascimentos antes da completa formação do bebê, ou seja, antes da 39ª semana de gestação, de acordo com a conveniência do médico ou da mãe. “Atualmente, o obstetra não espera a mãe entrar em trabalho de parto. O parto é agendado”, destacou. Um dos riscos é que há uma possibilidade 120% maior do bebê nascido por cesariana ir para uma unidade de terapia intensiva (UTI). “Um contingente desses bebês vai parar na UTI neonatal, ou porque não estão bem desenvolvidos ou porque ainda têm problemas no pulmão. Parte deles vai morrer”, disse Miguel. Para participar do projeto, que terá em princípio um ano e meio de aplicação, os 42 hospitais tiveram que adequar seus recursos humanos e estruturais, capacitar os profissionais e promover a revisão das práticas relacionadas ao atendimento das gestantes e dos bebês. A mudança, segundo Rita Sanchez, está sendo feita aos poucos, passo a passo, para não colocar em risco a vida do bebê e da gestante. Depois desse período de experiência, o projeto poderá ser disseminado para outros hospitais do país. Cada hospital vai decidir o melhor modelo, ou

quais modelos a serem adotados. As possibilidades são o parto feito pelo plantonista do hospital; o parto feito por médico pré-natalista do corpo clínico, com suporte da equipe de plantão; ou o parto assistido por três ou mais médicos e enfermeiras. O projeto conta com o apoio de mais de 30 operadoras de planos de saúde. Segundo a diretora da ANS, a ideia é que as operadoras passem a mudar também a forma de financiamento, remunerando melhor toda a cadeia, principalmente quando o parto ocorre sem problemas. Hoje, segundo Martha, o financiamento é maior quando envolve a internação do bebê em UTI. A ideia é que a partir de agora esse financiamento seja maior quando ocorrer de forma natural, sem riscos. “No modelo atual de financiamento, sempre se joga o peso no procedimento de maior complexidade. E a maior complexidade é a UTI. Precisamos resgatar o que é o parto e, se ele foi adequado e teve um desfecho bom, vamos remunerar esse parto, seja ele normal ou cesariana, que teve um desfecho bom”. No entanto, a ANS não pretende baixar uma norma para que as operadoras mudem a forma de atuação o que, segundo ela, não funcionaria. A ideia é que as operadoras sejam estimuladas a fazerem isso, premiando-as, por exemplo, com títulos de empresa sustentável. Além da queda no número de cesarianas, o projeto também vem observando queda no número de internações dos bebês. Segundo Paulo Borem, representante do IHI, dois hospitais da cidade de Jaboticabal demonstraram redução de 60% no número de bebês em UTIs neonatal após a implantação do projeto.

Assunto: Exposição retrata avanços para erradicar o trabalho infantil no Brasil

Fonte: Promenino

Data: 29/10/2015

Promenino



O trabalho infantil ao longo de quatro décadas (1940-1970) é tema de exposição no Centro de Memória do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), em Curitiba. Aberta ao público, a mostra “O trabalhador menor de idade e a Justiça do Trabalho, de 1939 a 1980” reúne cartazes, fotografias e processos judiciais que retratam a realidade de crianças e adolescentes em diferentes situações de exploração.



Os processos trabalhistas em exibição (cerca de 40) apresentam conflitos entre patrões e empregados adolescentes, como um caso de assédio sexual contra uma menina, ocorrido em 1949. Outro exemplo resgata um conflito trabalhista dos anos 1960, entre um funcionário e as Lojas Americanas, cujo desfecho foi a restituição das verbas rescisórias ao trabalhador após demissão por alegação não comprovada de roubo.

A propósito da legislação brasileira voltada às crianças e aos adolescentes, o procurador de Justiça, Olympio de Sá Sotto Maior Neto, afirmou que os avanços começaram com a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu os direitos fundamentais para aqueles em fase de desenvolvimento, não garantidas pelas regras do Código de Menores.

Segundo ele mencionou, na solenidade de inauguração, o documento definiu: idades mínimas para o trabalho, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 e de qualquer tipo de trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. “Foi uma evolução do processo civilizatório que reconheceu as crianças e adolescentes como sujeitos de direito.”

Assunto: Video educativo ensina crianças a se defenderem de abuso sexual

Fonte: Portal NE10 PE

Data: 29/10/2015



Sem dúvida, o abuso sexual é uma das maiores (senão a maior) preocupação de pais e mães. Mais ainda do que uma gravidez precoce ou a contração de alguma doença sexualmente transmissível. Nas palestras que faço, não tem um encontro sequer em que esse assunto não venha à toa. E eu sempre repito: **crianças com educação sexual estão menos vulneráveis ao abuso sexual**. E o que isso significa? Que é preciso falar sobre o assunto.

Você não se sente preparado/a? Eu te entendo. Mas é por isso mesmo que profissionais como eu existem: para ajudar gente como você a ajudar o seu filho/a. E ajudar como? Com informações úteis.

Desde cedo é importante ensinar à criança que o corpo dela é **especial** e que certas partes dele (como o pipiu, a pitoca e o bumbum, por exemplo), são ainda mais especiais e, por isso, não devem ser vistas ou tocadas por qualquer pessoa. É preciso insistir nessa lição cotidianamente: na hora do banho, na hora em que a criança ficar pelada na frente de pessoas estranhas (crianças pequenas ainda não têm noção de inibição e, por isso, ficam peladas em locais e situações em que nós, adultos, julgamos inadequadas).



Vídeo mostra situações de abuso com linguagem acessível para crianças

Além do diálogo constante, alguns livros, como Pipo e Fifi, podem ajudar os pais e mães nessa tarefa desafiadora. Outra maneira de abordar o assunto com crianças é mostrar este vídeo, que faz parte de uma campanha de enfrentamento à violência sexual infantil, e ensina a criança a ter autonomia sobre o seu corpo para dizer “não” e a procurar um adulto de confiança para contar o que aconteceu. Eu achei super didático e muito útil!

Depois de assistir ao vídeo, não se esqueça de conversar com a criança sobre ele. Pergunte o que ela entendeu, do que mais gostou, do que não gostou, peça que ela dê exemplos para ilustrar o que assistiu e se certifique que a mensagem foi compreendida corretamente!

Assunto: Suspeita de abuso sexual é presa em Limoeiro, no Agreste

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 29/10/2015

jornal do  commercio

A vítima de 16 anos vinha sofrendo abusos há quatro anos



Sandra Valéria de Amorim foi levada para a Colônia Penal Feminina Bom Pastor

Uma mulher suspeita de abuso sexual contra um adolescente foi presa no bairro João Ernesto, em Limoeiro, no Agreste de Pernambuco, nessa quarta-feira (28). De acordo com informações da polícia, um menino de 16 anos estava sendo abusado há quatro anos.

Sandra Valéria de Amorim, 38 anos, tem um grau de parentesco não revelado com a vítima. Ela foi levada para a Colônia Penal Feminina Bom Pastor, no bairro da Iputinga, na Zona Oeste do Recife.

Assunto: Relatos de abuso sexual se multiplicam nas redes sociais
Fonte: Jornal do Comércio de PE
Data: 29/10/2015



Campanha #primeiroassedio, que traz histórias espontâneas de mulheres abusadas, vai ser transformada em livro

Se as redes sociais são comumente relacionadas à prática do egocentrismo, das discussões polarizadas e da reflexão rasa, é verdade que elas também conseguem promover ações de necessário e potente impacto político e social. O mais recente exemplo é a campanha #primeiroassedio, iniciada primeiramente no Twitter após a aparição da menina Valentina, 12 anos, no programa Masterchef Júnior, gerar comentários como “vou ali bater uma” ou “Valentina na Playboy.” Depois, a campanha foi parar no Facebook, rede social utilizada por 83 milhões de brasileiros e brasileiras. Em ambas as redes, milhares de mulheres – alguns homens também – contam suas primeiras lembranças de violência sexual usando a hashtag. O resultado indica algo assombroso – e conhecido: 100% delas já sofreram assédio sexual, a maioria ainda crianças.

A campanha foi detonada pelo projeto Think Olga (<http://thinkolga.com>), criado pela jornalista Juliana de Faria. No último domingo, 25, a hashtag havia sido replicada mais de 82 mil vezes. Uma análise de 3.111 histórias compartilhadas no Twitter informa que a idade média do primeiro assédio é de 9,7 anos – muito embora uma quantidade assombrosa de relatos tragam lembranças de meninas molestadas aos 5, 6, 7 anos. Entre as palavras mais repetidas nesses relatos virtuais estão: casa, pai, homem, escola, bunda, tio, mãe, pênis, ônibus, vizinho, masturbando, escola, calcinha, corri, tentou. O vídeo da YouTuber Jout Jout sobre o tema, postado há três dias, tinha ontem mais de 500 mil visualizações. O governo federal e a Unicef, em suas redes sociais, também aderiram à campanha. Professora adjunta do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a escritora Giovanna Dealtry está organizando um livro digital reunindo diversas histórias. A publicação está prevista para março de 2016. “O que está claro é que a maioria das mulheres achava que o assédio era algo que acontecia só com elas. Que elas, por algum motivo, eram o pivô do ataque e não a vítima. O que essa campanha fez foi abrir essa porta, esse discurso das mulheres - na verdade, das meninas que elas foram.”

Autora da tese *Como morre uma mulher? Configurações da violência letal contra as mulheres em Pernambuco* (menção honrosa do Prêmio Capes 2015), a socióloga Ana Paula Portella viu a campanha primeiramente com receio por conta do preconceito quanto às formas de exposição nas redes sociais. Mudou de ideia ao acompanhar os relatos. “É uma declaração pública poderosíssima das próprias mulheres sobre o que achamos da violência, do assédio e dos abusos. Quem sofreu afirma publicamente que não irá mais passar por isso calada e assume o compromisso também público de cuidar de todas as meninas e de educar os meninos para que não se tornem abusadores.”

Ana Paula ainda vê no #primeiroassedio a sinalização da emergência de um novo fazer político, diferente do que foi praticado até agora e que pode renovar a própria luta feminista.

“A reação da sociedade, da imprensa, de algumas instituições e pessoas públicas parecem reforçar essa hipótese, embora não possamos perder de vista que Facebook e Twitter não representam o mundo e há universos inteiros de experiências que estão fora dessa campanha, muitas delas, imagino, bem piores do que as relatadas aqui.”

Ela tem razão. Enquanto os ataques a Valentina ganharam necessária e importante voz e posição da sociedade, a exploração sexual de meninas como as da comunidade quilombola Kalunga (em Goiás), escravizadas por políticos e donos de grandes nacos de terra na região não teve repercussão nacional (os casos foram ao ar em abril através de uma reportagem da TV Record). São meninas entre 6 e 14 anos, cujos relatos foram ouvidos pela Polícia Civil local, que, por sua vez, comunicou as histórias terríveis para a Secretaria de Políticas da Igualdade Racial da Presidência da República.

O número devastador de relatos de assédios sofridos por meninas e exposto a partir da hashtag ainda está relacionado aos movimentos contra a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça (Câmara dos Deputados), da PL 5069/2013. Ela torna crime, e não mais contravenção penal, o anúncio ou uso de meios, substância, processo ou objetos abortivos. A PL ainda obriga um exame de corpo de delito na mulher para que o SUS (Sistema Único de Saúde) realize o aborto em casos de estupro. Ontem, aconteceram manifestações contra a aprovação em dezenas de cidades do País (aqui, o encontro aconteceu na Praça do Derby). De acordo com dados do Ministério da Saúde, o Sistema Único de Saúde recebeu em seus hospitais e clínicas uma média duas mulheres por hora com sinais de violência sexual em 2012.

Assunto: Pai de criança resgatada em Olinda com lesões na cabeça também pode ser responsabilizado

Fonte: Diário de PE

Data: 29/10/2015



Apesar da menina de 4 anos não viver com o genitor e não ter certidão de nascimento, se identificado, ele pode ser indiciado por abandono

Todos os dias, o conselheiro tutelar Eurico Guedes, 32, visita a menina de quatro anos que ajudou a resgatar na periferia de Olinda, no último sábado. A criança foi encontrada com lesões profundas e cobertas por larvas na cabeça. Surpreso, Guedes contou nunca ter visto tamanho mau-tratos em dois anos de profissão. Casos de miíase, como é chamada a doença, no entanto, são considerados rotina no Hospital Maria Lucinda, no Parnamirim, onde a menina está internada. Atualmente, além dela, recebe atendimento uma outra garota, de 6 anos.

Segundo médicos, pelo menos uma ocorrência por mês é registrada na unidade, considerada referência no assunto no estado. Em geral, os pacientes são crianças do sexo feminino - cujos cabelos longos escondem as feridas - vítimas de negligência por parte dos responsáveis e em situação de vulnerabilidade social.

A situação da criança veio à tona no último sábado, quando o conselheiro tutelar recebeu a denúncia de vizinhos e foi à residência da menina, em um bairro da periferia de Olinda. A vítima se dividia entre a casa da mãe, uma garçanete com 34 anos, e a avó, de 67 anos, inquilinas de um corredor formado por quartos simples, minúsculos e sem saneamento básico. “A mãe tentou colocar a responsabilidade na avó, uma idosa que tem até problemas de locomoção e responsável por ficar com as netas enquanto ela trabalha à noite. Uma vizinha não aguentou a situação e cortou o cabelo da criança à força depois de passar a noite ouvindo o choro da menina”, disse.

A pediatra Fernanda Serpa, que atende no Maria Lucinda, disse que, em geral, os pacientes têm feridas provocadas por coceiras em virtude da presença de piolhos. Quando a higiene do couro cabeludo não é feita, a larva da mosca *Dermatobia hominis* pode penetrar na ferida. “Para tratar o paciente, coloca-se éter na lesão para que a larva suba para respirar. Nesse momento, retiramos com uma pinça”, explica. Em casos graves, pode haver infecções secundárias provocadas por bactérias e até uma infecção generalizada. Segundo a irmã Paulina, que também atua no Maria Lucinda, a criança está em situação estável e não há previsão de alta. “Estamos fazendo exames para ver se houve comprometimento do sistema nervoso e até do cérebro”, explicou.

A mãe da criança foi denunciada na Delegacia de Polícia da Criança e do Adolescente (DPCA) de Paulista. O delegado Antônio de Campos disse que caso seja confirmada lesão corporal grave, a mãe pode ser condenada a mais de quatro anos. Penas inferiores a quatro

anos podem ser revertidas em pena alternativa. “Encaminhamos a criança para o IML para constatar se houve comprometimento de algum órgão da menina, o que justificaria a caracterização de uma lesão grave”, explicou o delegado. A mulher já foi ouvida e vai responder em liberdade.

A menina ainda não tinha certidão de nascimento, o que já foi providenciado pelo conselheiro tutelar. A identidade do suposto pai, que nunca morou com a criança, não foi questionada e o homem não foi localizado. Segundo o juiz da infância Élio Braz, apesar da criança não ser registrada e não morar com o genitor, ele também pode ser responsabilizado judicialmente por abandono de incapaz. “Responsabilizar somente a mulher é saída fácil para a sociedade que não discute a relação de gênero”, raciocina o magistrado. O Ministério Público de Pernambuco deve entrar com pedido de destituição do poder familiar da mulher. Uma irmã da criança, com oito anos, já está em um abrigo.

Assunto: CNPCT aborda denúncias de tortura na Fundação Casa

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e Juventude

Data: 29/10/2015



O Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT) da Presidência da República se reuniu nesta quarta-feira (28) para tratar de denúncias de maus-tratos contra adolescentes da Fundação Casa, de São Paulo. A AMB foi representada na reunião pela juíza Gabriela Jardon, que integra a Comissão de Direitos Humanos da associação. A entidade compõe o Comitê criado para combater a tortura no Brasil.

Um dos objetivos da reunião foi apresentar recomendações e orientações para estudo/pesquisa sobre o caso de funcionários denunciados que são afastados e, segundo relatos dos representantes da Fundação Casa, acabam sendo reintegrados ao sistema por determinação da Justiça. O índice de reintegração é de 25%, considerado aceitável pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

De acordo com Gabriela Jardon, um dos pontos que chamaram a atenção foi o pedido de apoio ao Judiciário para evitar internações desnecessárias de adolescentes. “Como foi colocado na reunião, uma das maneiras mais eficazes para coibir a tortura em instituições de medidas socioeducativas é diminuir a porta de entrada e aumentar a porta de saída. O Judiciário é chamado a diminuir esta porta de entrada”, disse a juíza.

A defensora pública de São Paulo Gabriela Pimenta acompanha o caso da Fundação Casa e confirma as denúncias de agressões contra adolescentes. “Desde setembro de 2014, fazemos um acompanhamento dos tumultos e os relatos de violência são uníssonos por parte dos adolescentes. Já conseguimos o afastamento de quatro servidores por meio de ação civil pública”, ressaltou.

Presentes no encontro do CNPCT, os representantes da Fundação Casa disseram que atendem 10 mil adolescentes, um número que cresce a cada ano, de acordo com eles. O quadro de funcionários conta com 7 mil agentes socioeducativos. “Todos os fatos que nos chegam relacionados à violência são apurados”, garantiu o corregedor da Fundação Casa, Jader Borba. De acordo com ele, há dois procedimentos administrativos e duas sindicâncias em andamento na unidade Casa Horizonte, alvo da discussão no CNPCT.

CNPCT

O CNPCT é um dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT). O colegiado é composto por 23 membros, sendo 11 representantes de órgãos federais e 12 da sociedade civil. A iniciativa tem como objetivo contribuir para o enfrentamento à violação dos direitos humanos em instituições de privação de liberdade, como delegacias, penitenciárias, locais de permanência para idosos e hospitais psiquiátricos.

Os membros do CNPCT atuam no acompanhamento e na proposição de ações e programas para a erradicação da tortura no Brasil. Também compete ao comitê acompanhar os trâmites de apuração administrativa e judicial, bem como de proposições legislativas, dando encaminhamento às recomendações advindas de inspeções nos centros de detenção.

O juiz Edinaldo César Santos Júnior, integrante da Comissão de Direitos Humanos da AMB, tomou posse em setembro do ano passado como membro titular do CNPCT.

Assunto: MPPE recomenda melhoria nas condições de segurança em casas de acolhimento para crianças e adolescentes do Recife

Fonte: Ministério Público de PE

Data: 29/10/2015



O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) recomendou à Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude de Pernambuco (SDSCJ) que providencie, no prazo de 30 dias, a colocação de extintores de incêndio em casas de acolhimento de crianças e adolescentes do Recife, apresentando também, no prazo de 60 dias, o Projeto da Central de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e o atestado de regularidade do Corpo de Bombeiros Militares de Pernambuco (CBMPE) das casas Vovó Geralda, Casa da Madalena, Lar Esperança e comunidade Rodolfo Aureliano (CRAUR).

Em resposta a um ofício encaminhado pelo MPPE, a Secretaria apenas enviou as Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) dos sistemas de GLP de cada uma das casas, não tendo informado quanto à colocação de extintores nem apresentado Projeto da Central de GLP aprovado pelo Corpo de Bombeiros.

De acordo com a promotora de Justiça com atuação na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Direitos da Criança e do Adolescente, Rosa Maria Salvi da Carvalheira, a situação em que se encontram as casas oferece riscos à segurança das crianças acolhidas. Em uma nova vistoria, os bombeiros constataram que persistem irregularidades como sistema de prevenção contra incêndios e pânico vencidos e mal dimensionados e a falta, em todas as casas vistoriadas, de projetos para a central de GLP.

Outra irregularidade relacionada a uma casa de acolhimento no Recife foi tema de recomendação do MPPE. Dessa vez, a recomendação foi aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Recife (Comdica), para que cancelem o registro da entidade Movimento de Transformação Integral dos Valores Humanos (MOTIVAH) e seus programas, no prazo de 60 dias, uma vez que a instituição não desenvolve mais nenhum programa de atendimento à criança e ao adolescente.

A casa fechou sua sede, no bairro dos Torrões, em 2013, conforme declarações prestadas pela secretaria da instituição à Promotoria de Justiça. Desde então, a entidade recebeu um prazo para proceder com o cancelamento de seus registros nos diversos órgãos e formalizar sua extinção em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, porém solicitou prorrogação do prazo e mesmo assim apresentou cópia da ata da extinção sem o devido registro em cartório.

O Comdica é o órgão responsável por reavaliar a cada dois anos os programas em execução dessas entidades, com a finalidade de renovar a autorização de funcionamento.

As recomendações foram publicadas no Diário Oficial desta quarta-feira (28).

Assunto: MPPE requer na Justiça nova eleição para conselheiros tutelares no Recife

Fonte: Ministério Público de PE

Data: 29/10/2015



O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) ajuizou ação civil pública com pedido de antecipação de tutela para que seja declarada a nulidade de todos os atos praticados pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Recife (Comdica) desde o dia da votação, 4 de outubro, bem como da respectiva apuração dos votos. O MPPE requer também que seja determinado à Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) e ao Comdica que adotem as medidas administrativas necessárias para a realização de nova eleição para conselheiros tutelares **no prazo de 60 dias**.

As promotoras de Justiça Jacqueline Elihimas e Rosa Maria Salvi da Carvalheira, que ingressaram com a ação civil pública, justificam que a rapidez em obter a nulidade da atual eleição e a deflagração de novo pleito se faz necessária para não gerar maior insegurança, visto que conselheiros tutelares, candidatos e demais órgãos que trabalham em conjunto com o Conselho Tutelar, bem como a população atendida, temem não saber se haverá interrupção do serviço. Dessa forma, entende-se indispensável a intervenção do Poder Judiciário para regularizar as ilegalidades ocorridas no pleito.

Na ação civil, as promotoras de Justiça ainda pleitearam que a Justiça determine à PCR e ao Comdica que se abstenham de editar qualquer ato normativo e administrativo para dar posse aos eleitos na votação do dia 4 de outubro, em razão das irregularidades encontradas; bem como de prorrogar os mandatos dos atuais conselheiros tutelares além da data prevista para a posse dos eleitos (10 de janeiro de 2016). Segundo as promotoras de Justiça, o final do mandato dos atuais conselheiros tutelares deverá ser em 10 de janeiro de 2016, daqui a pouco mais de dois meses. Logo, faz-se urgente impedir a prorrogação dos mandatos e redefinir o processo de escolha dos novos conselheiros

O MPPE instaurou procedimento preparatório à ação civil pública para investigar a votação e apuração dos votos para conselheiros tutelares, do dia 4 de outubro, e constatou várias irregularidades, como casos de eleitores que não puderam votar porque as listagens enviadas pelo Comdica aos mesários estavam incompletas; inúmeros votos colhidos que não foram computados porque as urnas em que foram depositados votos de pessoas que não constavam nas listas foram impugnadas; e a decisão da Comissão Eleitoral, que deliberou verbalmente por não considerar os votos dessas urnas, pois não seria possível separar os votos dos que não estavam na listagem.

Também foram constatados o desaparecimento de uma urna da Escola Municipal da Iputinga; a violação das urnas; o não estabelecimento prévio dos responsáveis por buscar, transportar, recepcionar e guardar as urnas até que chegassem à mesa apuradora, a fim de garantir a inviolabilidade das mesmas e a lisura do processo eletivo; e a falta de metodologia para

receber os boletins de urna dos mesários, que eram entregues por qualquer pessoa a uma equipe de informática desconhecida do Comdica para computar os votos.

As promotoras de Justiça destacam, na ação civil, que não houve falhas humanas isoladas, mas um conjunto assustador de falta de profissionalismo e desorganização durante toda a votação e apuração, o que fundamenta o total descrédito no processo como um todo e interfere diretamente no resultado final e, conseqüentemente, na legitimidade do pleito.

“Diante dos vícios que se reputam insanáveis e das declarações públicas do presidente do Comdica de que não adotará medidas administrativas para anulação do pleito, o MPPE esclarece que somente restou a via judicial para anulação e regularização do pleito”, argumentaram Jecqueline Elihimas e Rosa Maria Salvi da Carvalheira.